

PÁGINA ABERTA

A morada da língua portuguesa

"Livros são papéis pintados com tinta." - Fernando Pessoa

Arnaldo Niskier*

Resumo

Temos raízes latinas muito sólidas, o que não foi suficiente para que o Acordo Ortográfico de Unificação da Língua Portuguesa, assinado em 1990, alcançasse a unanimidade desejável. Em Lisboa há um movimento sincronizado para colocar em dúvida as razões lexicográficas das pequenas mudanças propostas. A escritora Lygia Fagundes Telles, falando na Academia Brasileira de Letras, pediu que liderássemos uma cruzada favorável à língua portuguesa. Devemos melhorar o atual índice de leitura (2,4 livros por habitante) e ampliar significativamente o número de bibliotecas públicas em todo o País. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, é muito sóbria em relação aos cuidados com a nossa língua. De nada adianta ensinar a ler e a escrever sem a garantia da permanência dos alunos nas escolas, lugar de "leitura crítica" e interpretativa do que lhe chega por intermédio da imagem e do som. Temos um dado positivo que é a publicação, em alguns dos maiores jornais brasileiros, de colunas de valorização da língua portuguesa. Este é um movimento extremamente saudável. Devemos prestar atenção à introjeção de termos ligados ao nosso desenvolvimento científico e tecnológico. É um crescimento expressivo. A Academia Brasileira de Letras, a Casa de Machado de Assis, cumpre o que está no artigo 1º do seu Estatuto: zelar pela integridade da língua portuguesa. Para isso conta com o seu Vocabulário Ortográfico (600 mil verbetes) e o Dicionário da Língua Portuguesa, na versão escolar, ambos trabalho da sua ativa Comissão Lexicográfica, que tem à frente a figura respeitável do filólogo e gramático Evanildo Bechara. Cuida-se para que a invasão de estrangeirismos não se torne excessiva e se evite o que o crítico Wilson Martins chamou muito apropriadamente de "desnacionalização linguística".

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Estratégias da unificação. Índices de leitura

*Academia Brasileira de Letras

1 Introdução

Como se quiséssemos vincar a língua portuguesa com sinais de maior expressividade, chegamos ao exagero de chamar o padre Antonio Vieira, por exemplo, de imperador do nosso idioma. Ele escrevia, no seu tempo (1608-1697), com rara qualidade – e se reparava nisso. Mas não foi o único, pois ao longo da vida tivemos diversos príncipes da poesia e prosa, aqui e além mar.

Temos raízes latinas muito sólidas, o que não foi motivo suficiente para que o Acordo Ortográfico (AO) de Unificação da Língua Portuguesa, assinado em 1990, alcançasse a unanimidade desejável. Menos no Brasil e mais em Portugal assinalam-se divergências pontuais, na verdade quase ridículas, que animam articulistas dos dois países centrais da CPLP. As diferenças, somente ortográficas, não chegam a 3% do total estimado de 600 mil verbetes.

Mesmo assim, bate-se tambor com muita força. Em Lisboa, há um movimento sincronizado para colocar em dúvida as razões lexicográficas dessas pequenas mudanças. "Bizarrices", dizem eles, quando o que está em jogo é um superior motivo estratégico. Se tivéssemos, na comunidade de 240 milhões de falantes, uma só forma de escrever, já teríamos conquistado certamente o direito de ser uma língua oficial da Organização das Nações Unidas, o que facilitaria, em muito, o nosso entendimento com outros povos do mundo esclarecido.

No Brasil, também se criou um quisto. No Senado da República, dois ou três senadores (número, pois, inexpressivo) advogam a revisão do AO, hoje amplamente aceito em nosso País. Todos os jornais, revistas, livros e a própria internet utilizam as regras atualizadas. O desejo de aparecer, ou mesmo a falta do que fazer, levaram alguns professores a propor o retrocesso, sem pensar no prejuízo que isso causaria. Já pensaram nos livros didáticos, se tivéssemos que começar tudo de novo? Vai-se tolerar até 2016 a dualidade existente, mas esse foi um gesto de simpatia da presidente da República aos nossos irmãos lusófonos. Não se admite que o prazo exceda esse ano.

Já temos com o que nos preocupar: o excesso de estrangeirismos, quando existem palavras da língua portuguesa que podem ser perfeitamente utilizadas, sem o emprego pernóstico de termos de fora, como acontece na Barra da Tijuca

(Rio de Janeiro), especialmente no comércio de imóveis. Não se aceita nem a desculpa da avalanche cultural representada pela invasão da internet.

Algumas preliminares aclaram um pouco mais a matéria. Quando o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) foi elaborado, em 1998, pela Academia Brasileira de Letras, tomando por base um magnífico trabalho do filólogo Antonio Houaiss, incorporou cerca de 3 mil termos de fora, dada a natural interpenetração cultural inevitável. Mas esses modismos podem ter vida efêmera, devendo desaparecer mais adiante no VOLP. Não é o caso do Dicionário, onde as palavras entram com os seus significados. Elas não desaparecem, podendo, na pior das hipóteses, figurar depois como arcaísmos. E isso tem acontecido.

2 O Desafio de Lygia

O desafio foi feito pela romancista Lygia Fagundes Telles. Falando na Academia Brasileira de Letras sobre a provável, mas não comprovada infidelidade de Capitu, pediu que liderássemos uma cruzada favorável à língua portuguesa: “Não se pode mais conviver com tamanhas barbaridades que são ditas e escritas por aí.”.

Por que chegamos a esse ponto? Certamente, em virtude de uma série de fatores. A precária capacitação dos professores, os baixos salários de professores e especialistas, o preço de capa dos livros, a valorização da civilização eletrônica, a destruição das antologias escolares - são elementos que não podem ser descartados nesse lamentável processo de desconstrução do nosso idioma.

No caso das antologias, um erro sem conta. Li outro dia uma entrevista do acadêmico Antônio Torres, em que ele elogiava a sua professora Teresa, do primário de uma escola rural de Junco, no interior da Bahia, que o fazia ler alto a "Seleção Escolar". Foi o seu fascinante primeiro encontro com Castro Alves, Gonçalves Dias e Machado de Assis. Por que tudo isso acabou? Por causa de uma briga a propósito de direitos autorais. Foi parar no Supremo Tribunal Federal e ficou decidido, a partir de então, que ninguém poderia utilizar determinada obra, mesmo em parte resumida, sem autorização do seu proprietário. Burocratizaram o acesso ao conhecimento, complicaram a vida dos antologistas e tiraram o ânimo das editoras que se dedicavam a essa tarefa de grande valor pedagógico, como se tem feito com o rumoroso caso das biografias autorizadas.

O resultado é que escritores contemporâneos quase deixaram de ser referidos, trocados pelos antigos que estão em domínio público, com evidente prejuízo do aprendizado. É curioso que, em qualquer conferência, quando se fala no fim das antologias, condenando esse absurdo, sempre aparece manifestação de solidariedade. É uma forma garantida de ganhar aplausos.

O movimento de transformações é cíclico, próprio de períodos como o que marca a mudança de séculos. A chegada ao terceiro milênio excita a imaginação e, hoje, sentimos necessidade de uma boa atenção à língua portuguesa. Trata-se de uma das 6 mil línguas do mundo. Sendo falada por milhões de pessoas, não pode ser comparada a um simples dialeto. É um idioma dos mais respeitáveis, exigindo amplo entendimento entre as nações que compõem a lusofonia. Aos oito integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), podemos agregar os que se mantêm em parte fiéis à nossa tradição, como Goa e Macau, onde ainda se fala o português de modo expressivo.

Na Academia Brasileira de Letras, com a colaboração do jornal “Folha Dirigida”, reuniram-se 600 especialistas para discutir, num seminário de dois dias, questões fundamentais da língua portuguesa. Depois de ouvir Antônio José Chediak, Antônio Olinto, Eduardo Portella, Cilene Cunha, Domicio Proença, Zuenir Ventura e Evanildo Bechara, foi possível chegar a algumas conclusões, adotadas no que se convencionou chamar de “Carta do Rio de Janeiro”, surgida por inspiração do jornalista Adolfo Martins.

Melhorar o atual índice de leitura (2,4 livros por habitantes) é a primeira preocupação, seguida de uma inevitável ampliação do número de bibliotecas públicas (3500). É preciso criar programas como “Hora da leitura”, além de ampliar o alcance do “Leia Brasil”, dirigido por Jason Prado e que tem o apoio da Petrobras.

Simplificar a nomenclatura da língua portuguesa ajudaria a aliviar a memória dos nossos alunos. Deve-se levar em conta que a língua portuguesa é influenciada de todas as maneiras pela televisão, cuja força não pode ser desconhecida. Hoje, há um certo desamor pela língua, cujo desrespeito não se justifica.

Vive-se a crise da palavra, mas as colunas dominicais, publicadas nos grandes jornais que cuidam da língua portuguesa, são sinais altamente positivos. No debate sobre a norma culta, conclui-se que não se deve aprisionar o aluno na sua língua

padrão: “Só está errado aquilo que não se fala em nenhum quadrante. A língua padrão é uma etiqueta social, que deve ser falada de acordo com as circunstâncias.”.

Não se pode defender a existência de um *apartheid* linguístico, separando o falar do rico e o do pobre. Temos uma realidade plurilinguística, considerando-se basicamente que a norma culta deve ser respeitada, sobretudo nos códigos escritos.

As minorias frequentam as escolas e tendem a impor os seus padrões. O que os professores não podem desconhecer, mesmo sacrificados por baixos salários e precária formação, é que se deve partir do saber linguístico prévio dos alunos, que precisam conviver desde cedo com o gosto pela leitura. O certo e o errado, como enfatizou a professora Cilene Cunha, filha do saudoso mestre e acadêmico Celso Cunha, devem hoje ser substituídos pelo *adequado* e o *não adequado*. A compreensão desse fato enseja uma profunda mudança no ensino do português, sabendo-se que é o povo que faz a língua. Pode-se concluir que a leitura liberta e leva a conhecer melhor o mundo, o outro e a si mesmo. A linguagem manifesta a liberdade criadora do homem.

3 A Lei da Educação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) é muito sóbria em relação aos cuidados com a língua portuguesa. Na verdade, dos seus 92 artigos, só o de número 26 cita essa preocupação. Eis o seu texto:

Artigo 26 - Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada pelos demais conteúdos curriculares especificados nesta Lei e, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º - Os currículos a que se refere o caput devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil... (BRASIL, 1996).

Graças aos cuidados do antropólogo Darcy Ribeiro, o artigo 78 cita nove vezes a educação indígena. Pode-se argumentar que ela foi descuidada durante muito tempo, daí a sua prioridade, mas a língua portuguesa merecia do legislador um

pouco mais do que esse artigo mirrado e ainda por cima estranhamente ligado à ciência do raciocínio.

Tal fato pode ser justificado pelo uso moderno da expressão *códigos e linguagens*, em que se juntam a língua portuguesa e a matemática, graças, sobretudo, ao uso progressivo e já nessa altura indispensável do computador. Mas temos o pleno convencimento de que, numa reforma futura, será preciso dar mais ênfase à língua portuguesa. Não foi à-toa que o poeta português Fernando Pessoa proclamou que “a minha pátria é a língua portuguesa”. Para merecer do saudoso acadêmico Antônio Olinto a seguinte e muito bem elaborada digressão: “Dar nome às coisas foi o primeiro ato do primeiro homem. A frase de Fernando Pessoa representa o reconhecimento da identidade entre o nome e aquilo que ele nomeia. Do *corpus* literário de um povo destacam-se trechos que devem ser guardados, lidos e relidos. Os bons livros, que transformam momentos em matéria escrita, gravam para sempre a memória de um povo.”

4 Em defesa da Língua Portuguesa

O país precisa avançar mais em direção ao ensino básico e, mesmo que estejam assegurados por lei, o acesso de todos à escola e as percentagens mínimas de aplicação de recursos em educação, é preciso pensar na dolorosa verdade que ensinar a ler e escrever sem a garantia de permanência na escola é jogar dinheiro fora.

É a aprendizagem da ordenação e da expressão do pensamento que torna a leitura e a escrita socialmente úteis. A situação chegou a tal ponto que os concursos vestibulares valorizaram a prova de redação, em que prepondera a ordenação do pensamento.

É na classe de alfabetização e nas séries seguintes que o aprendizado da ordenação do pensamento se processa gradativamente e pode ser feito em melhores condições. O trabalho do professor esclarecido é o fator mais importante nesse processo, mas este precisa ser complementado por meio do livro didático. Apesar da televisão e de outros meios de comunicação ao alcance de qualquer um, não se chegou, ainda, a um sucedâneo para o livro didático. Hoje uma indústria florescente, o livro didático deve apoiar-se nos seguintes requisitos:

- capacidade de transmitir conhecimentos fundamentais, através de uma sequência lógica e adequada de assuntos;
- apresentação de coerência, integração, correção de estilo e de ortografia, continuidade e grau crescente de dificuldades;
- facilitação da passagem gradativa da criança da civilização oral para a civilização escrita.

Paralelamente, o livro didático deve apresentar as seguintes características:

- instrumento para aumentar a capacidade de ler e desenvolver o vocabulário, a rapidez da leitura, a compreensão;
- estímulo para outras leituras e fonte de recreação;
- forma de levar a aprendizagem através de outros livros e fontes, como dicionários, atlas, impressos diversos;
- forma de avaliação dos interesses e dificuldades dos educandos.

Essas recomendações não são de hoje. Em 1969, a COLTED (Comissão do Livro Técnico e Didático), do MEC, as propuseram como diretrizes para o uso eficiente do livro didático. Participamos então desses trabalhos.

Não se pode negar que a qualidade material do livro didático melhorou, mas, ao mesmo tempo, alguns vícios foram incorporados na sua elaboração. Muitas vezes, esses aperfeiçoamentos editoriais não apresentam a contrapartida na qualidade dos conteúdos, onde aparecem frases sem sentido nas cartilhas de alfabetização, o que não instiga o aluno a ler mais. Ao contrário, colabora para a sua “idiotização.” Por falta de preparo do professor, o livro didático constitui-se em seu único recurso, tornando-se o próprio e único plano de trabalho escolar, sem que tenha sido escolhido de acordo com a realidade de cada escola e da clientela. Muitos livros servem à zona rural, mas foram escritos de acordo com a realidade urbana.

As bibliotecas escolares e os clubes de leitura são ótimas iniciativas. A finalidade principal da leitura é contribuir para que os leitores se tornem mais humanos e menos ignorantes, afirmativas essas que servem igualmente para fazer do livro um instrumento de cidadania.

É preciso que a escola seja um lugar de “leitura crítica” e interpretativa do que lhe chega por intermédio da imagem e do som. No futuro, biblioteca,

videotape e audioteca se equivalerão. A cultura do livro se adquire na infância e alguns especialistas a localizam na fase da pré-escola. O ato de ler deve proporcionar prazer e o encontro do leitor consigo mesmo, e não concorrer para seu empobrecimento intelectual ou para sua abdicação do direito de pensar, com o qual se forma o cidadão.

É necessário que se lute contra a destruição da linguagem, como está ocorrendo, numa prova da aversão do brasileiro ao seu idioma, quando ela é o único meio de integração dos segmentos de baixa renda ao contexto cultural pelo qual somos todos responsáveis.

A educação precisa de competência e de seriedade. A Constituição de 88, ao tratar da educação, cita a qualidade do ensino. Há boas escolas ao lado de escolas péssimas. O problema central está em diminuir as diferenças de qualidade do sistema e não nivelar pelo patamar mais baixo. O problema é ainda de tratamento do conjunto e não esperar que uma experiência bem sucedida se multiplique naturalmente pelo resto do sistema. A cobrança de qualidade do ensino deve ser feita pela sociedade que está por trás do Estado e que o obriga a atuar. Assim se estará exercitando, na plenitude, o que se entende hoje por educação para a cidadania.

5 Na ponta da língua

Uma saudável epidemia tomou conta da imprensa brasileira. Os grandes jornais publicam alentadas seções de valorização da língua portuguesa, que alguns até ajudam a abastardar com sua crônica e indesculpável falta de cuidado. Quando sai na manchete do jornal que “Ronaldinho marca gol de placa na Itália”, não há quem se choque com o lamentável cacófato antes que a página seja definitivamente impressa?

Desses tempos saudáveis de reação participa também a Folha de São Paulo, com a sua oportuna e bem escrita seção intitulada “Inculca e bela”, assinada por Pasquale Cipro Neto.

O professor Sérgio Nogueira é autor de “Língua Viva”, no Extra, enquanto Napoleão Mendes de Almeida, durante muitos anos, deu lições admiráveis em O Estado de São Paulo, onde também trabalha o especialista Eduardo Martins. O

jornal carioca O Dia presta a sua contribuição aos domingos, com a colaboração de Evanildo Bechara. E há outros exemplos, como o jornal Correio Braziliense (excelente coluna de Dad Squarisi).

Arriscamo-nos a uma interpretação sobre esse movimento, embora sempre passível de discussão. Em primeiro lugar, pode-se registrar o fato, facilmente comprovável, de que nunca se escreveu e falou tão mal o idioma de Rui Barbosa. Culpa, quem sabe, da deterioração do nosso sistema de educação básica.

Em segundo, o pouco apreço que devotamos ao gosto pela leitura. Nosso índice *per capita* mal alcança dois livros por habitante; na França, por exemplo, oscila em torno de oito. Não se pode estranhar a afluência de interessados a espaços culturais como o Centro George Pompidou, em Paris, por onde transitam diariamente cerca de 25 mil pessoas. Tudo construído de modo científico, para fazer com que os usuários se interessem, desde cedo, pelos mistérios da leitura. O “atelier des enfants” é simplesmente genial e dá gosto ver as crianças às voltas com os materiais impressos, ricamente ilustrados, competindo com os vídeos em nítida vantagem.

Em terceiro lugar, para não ir muito longe, podemos citar a “contribuição” dos meios televisivos. Donos de uma força descomunal, salvo as exceções de praxe, praticam um magistral desserviço à educação brasileira. Comunicadores falam mal, atores não se expressam adequadamente, dublagens são feitas de forma chula, programas infantis deseducam - o que se pode esperar desse triste universo?

6 Novos Termos

O certo é que a língua portuguesa cresceu, até mesmo em virtude da introjeção de termos ligados ao desenvolvimento científico e tecnológico.

É o caso de palavras como teleducação (educação à distância), acessar (entrar), deletar (apagar, anular), decassegui (trabalhador brasileiro no Japão), teleconferência (conferência à distância), lincar (ligar), internet, infovia, intranet, etc.

Não há como conter esse crescimento, mesmo que, por vezes, seja ele fruto do que o saudoso crítico Wilson Martins chama de “desnacionalização”, ou, para

ser mais forte, de um lamentável “linguicídio”, palavra que, aliás, consta do nosso Vocabulário.

Os franceses reagiram de forma veemente a essa agressão ao seu idioma pelos anglicismos que se tornaram universais, em virtude, sobretudo, da força econômica dos Estados Unidos. A globalização só ajuda nessa expansão. Entre nós, somos vítimas ou beneficiários desse processo. Vítimas se considerarmos a pureza da língua de Machado de Assis, beneficiários se pensarmos na inserção do país na comunidade das nações desenvolvidas. De toda forma, é preciso evitar os exageros imitativos.

7 De volta à Academia

O modelo da Academia Brasileira de Letras é a Academia Francesa, criada em 1634, cujo artigo 24 afirmava:

A principal função da Academia será trabalhar com todo o desvelo e toda a diligência possível para estabelecer as regras de correção da nossa língua e para torná-la pura, eloquente e capaz de expressar as artes e as ciências.

A Academia das Ciências de Lisboa, fundada em 1779, logo se interessou pela elaboração de um grande dicionário do idioma. Ocupou-se, como “órgão consultivo do Governo Português em matéria de linguística”, de sucessivas reformas ortográficas em que se vem empenhando desde 1911 e, a partir de 1931, em parceria com a ABL. Esta resultou de inúmeras reuniões de escritores, em geral jovens, que escolheram Machado de Assis para seu primeiro presidente e Joaquim Nabuco, secretário-geral.

O Estatuto, criado em 1897 e até hoje não alterado, prevê em seu artigo 1º:

A Academia Brasileira de Letras, com sede no Rio de Janeiro, tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional, e funcionará de acordo com as normas estabelecidas em seu Regimento Interno.

O seu espírito pode ser resumido, como missão, pelo discurso inaugural de Machado de Assis:

O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária.

No grupo dos 40 fundadores, havia dois filólogos: Silva Ramos, do Colégio Pedro II, e Carlos de Laet, do mesmo colégio-padrão. Logo se iniciaram discussões em torno de questões ortográficas, como a que foi suscitada por José Veríssimo: se o nome Brasil deveria ser escrito com *s* ou com *z*.

Tivemos ainda como filólogos João Ribeiro, Mário de Alencar, Laudelino Freire, Amadeu Amaral, Heráclito Graça, Ramiz Galvão, Aurélio Buarque de Holanda, Celso Cunha, Antonio Houaiss e Barbosa Lima Sobrinho. Este, com dois estudos de língua portuguesa, figura no quadro dos que contribuíram para o aperfeiçoamento da nossa ortografia. E hoje temos a figura ímpar de Evanildo Bechara.

8 Língua de Cultura

A reforma é ortográfica e ortografia é a parte da gramática que nos ensina a escrever corretamente as palavras. Vejam, por exemplo, o problema do espanhol. O espanhol pertence a 400 milhões de falantes e sabemos perfeitamente que o espanhol de Madri não fala como o mexicano nem como o argentino, mas na hora de escrever todos eles escrevem a palavra da mesma forma. É isso que se quer para a língua portuguesa. Já chegamos tarde a esse clube de línguas que tem uma só ortografia. O espanhol tem uma só ortografia, o francês tem uma só ortografia, o italiano tem uma só ortografia, e o português, já atrasado, pretende chegar a esse clube somente agora. O português é a única língua de cultura que tem duas ortografias oficiais, o que é prejudicial, no concerto das nações.

O caso do hífen, por exemplo, é complicado, todos sabemos, mas é possível encontrar uma certa lógica no seu emprego. Tenente-Coronel tem o hífen, mas General de Brigada não tem, o que pode infernizar um pouco a nossa vida. Questão de hábito. Em geral, todas as locuções perderam a hifenização, já as onomatopeias têm hífen (cri-cri, tique-taque, ping-pong, zás-trás, etc). Como o "re" foi esquecido pelo Acordo (indevidamente), manteve-se a tradição: reeleição. Tudo junto. Quem ficou separado, como exceção, é o popular vagalume, assim como rega-bofe.

Diz-se que a reforma ortográfica é para ser apreendida pelas gerações futuras, como se a nossa estivesse condenada à confusão. Aconselha-se o estudo acurado

das suas modificações, sem o emprego indesejável de "pegadinhas", para que aos poucos o povo brasileiro, especialmente os estudantes, se familiarize com os seus conceitos. A nossa língua é difícil, mas bela, como afirmou Olavo Bilac, e merece toda a carinhosa atenção.

9 Outros exemplos

São vários os exemplos de modificações da língua portuguesa, a partir da aplicação do Acordo Ortográfico. Vamos conhecer outras regras que serão obrigatórias a partir de janeiro de 2012:

Restabelecer o acento gráfico nos paroxítonos com os ditongos *ei* e *oi* quando incluídos na regra geral dos terminados em "r": Méier, destróier, blêizer.

Restabelecer o acento circunflexo nos paroxítonos com o encontro *ôo* quando incluídos na regra geral dos terminados em "n": herôon.

Incluir na regra geral de acentuação os paroxítonos terminados em -om: iândom, rádom (variante de rádon).

Incluir o emprego do acento gráfico na sequência *ui* de hiato, quando a vogal tônica for *i*, como na 1ª pessoa do singular do pretérito do indicativo: arguí.

Incluir no caso 1º da Base XV o emprego do hífen nos compostos formados com elementos repetidos, conforme preceitua o texto oficial: blá-blá-blá, reco-reco, zigue-zague. Se for usado o verbo, escreve-se ziguezaguear.

Incluir no caso 3º caso da Base XV, relativo às denominações botânicas e zoológicas, as formas designativas de espécie ou produtos afins e derivados, conforme prática da tradição ortográfica: azeite-de-dendê, bálsamo-do-canadá.

Excluir do emprego do hífen as formas homógrafas de denominações botânicas e zoológicas que têm significações diferentes àquelas: bico de papagaio, nariz adunco, saliência óssea.

Incluir, por coerência e em atenção à tradição ortográfica, os prefixos *re-*, *pre-* e *pro-* à excepcionalidade do prefixo *co-*: reaver, reeleição, preencher.

Excluir o emprego do hífen nas expressões latinas quando não aportuguesadas : *ab ovo, ad immortalitatem, carpe diem, in octavo*.

Excluir o emprego do hífen nos casos em que as palavras não e quase funcionam como prefixos: não agressão, não fumante, quase delito, quase irmão.

10 Conclusões

Estamos vivendo uma bela época em defesa da língua portuguesa. Como é o caso do deputado Aldo Rebelo (PCdoB), não a queremos mais bela, culta e ultrajada. Os estrangeirismos constituem uma invasão impertinente e insidiosa, justificando o projeto de lei nº 1.676, de 1999, que dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa.

A Academia Brasileira de Letras, com os seus Vocabulários e o Grande Dicionário, está presente nesse processo, só admitindo umas poucas palavras oriundas do estrangeiro – e, mesmo assim, quando não existem, de forma clara, outras que expressem aqueles determinados significados. Tem isso muito presente em seu espírito, como foi ordenado à sua ativa Comissão Lexicográfica.

Também não podemos concordar com o que seria a nossa desfiguração linguística, com isso sacrificando o patrimônio cultural do Brasil, constituído, nesses cinco séculos, pela contribuição de línguas indígenas, africanas e portuguesas, além das inovações que chamamos de brasileirismos, conforme admitiu o genial filólogo Antenor Nascentes, um autodidata que fez do Colégio Pedro II e da Faculdade de Educação da UERJ os seus maiores centros de referência linguística. Embora não tenha sido acadêmico, sempre merecerá o nosso respeito. É o caso também do lexicógrafo carioca Antônio Morais e Silva, autor de um famoso dicionário editado em Portugal, em 1789, o primeiro de autoria de um brasileiro.

A invasão de estrangeirismos não pode ser sumariamente eliminada, pois o fenômeno ocorre inclusive nas nações mais desenvolvidas do mundo, como é o caso dos Estados Unidos ou mesmo da França. No livro "Palavras sem fronteiras", de Sérgio Correa da Costa, o fenômeno foi referido e até se alude ao latim, que é a terceira língua em importância, no caso das invasões. Não existe "*habeas data*" na Constituição brasileira? E "*déjà vu*" não é expressão

comum na cultura norte-americana? E "exit" não incomoda os franceses? São as exceções das quais não podemos escapar, como admitiu o próprio Machado de Assis, em 1873, ao proclamar: "não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes."

Não queremos o uso abusivo de neologismos, nem a excessiva transformação de tudo em verbo. A própria gíria tende ao desaparecimento e hoje a expressão *bad boy*, com que alguns jogadores foram inicialmente homenageados, já não tem tanta força assim. A língua portuguesa reage à tentativa do seu sucateamento - e encontra a Casa de Machado de Assis na firme disposição de defendê-la, com energia, como é da sua obrigação, evitando, assim, o que Wilson Martins chamou de desnacionalização linguística. Os defeitos, hoje existentes, serão menores quando forem superadas as deficiências da educação, pois a língua, felizmente, é estável.

Referências

ABL. Academia Brasileira de Letras. *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2008.

_____. Academia Brasileira de Letras. *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. 5. ed. São Paulo: Global Editora, 2009.

BECHARA, E. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 04 abr. 2011.

CAVALCANTI FILHO, J. P. *Fernando Pessoa, o livro das citações*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2013.

NISKIER, A. *Língua Portuguesa, uma paixão*. João Pessoa: A União Editora, 2009.

The home of the Portuguese language

Abstract

We have very strong Latin roots, and yet, it was not enough for the Orthographic Agreement Unification of the Portuguese Language, signed in 1990, to reach desirable unanimity. In Lisbon, there is a synchronized act in order to question the lexicographical reasons of the small changes proposed. The writer Lygia Fagundes Telles, while speaking at the Brazilian Academy of Letters, asked us to lead a favorable crusade for Portuguese language. We must improve the current index reading (2.4 books per capita), and expand significantly the number of public libraries across the country. The Law of Directives and Bases for National Education, from 1996, is quite sober concerning the attention given to our language. There is no use in teaching neither how to read, nor how to write, without the guarantee of students' permanence in school, place for "critical reading" and interpretation of that which comes through image and sound. We have positive information, which is the publication in some of the largest Brazilian newspapers, in columns that value Portuguese language. This is an extremely healthy movement. We must pay attention to the introjection of terms related to our scientific and technological development. It is a significant growth. The Brazilian Academy of Letters and the Machado de Assis House accomplish what is in Article 1 of its Statute: to ensure the integrity of the Portuguese language. For this, there are Spelling and Vocabulary (600,000 entries) and the school Dictionary of the Portuguese Language, both active works of the Lexicographical Commission, which is led by the respectable figure of the philologist and grammarian Evanildo Bechara. There are measures to deal with the excessiveness of foreign words, and also, to avoid what the critic Wilson Martins, properly, called "linguistic denationalization".

Keywords: Portuguese. Strategies of unification. Reading Scores

La morada de la lengua portuguesa

Resumen

Aunque tenemos raíces latinas bastante sólidas, no fueron suficientes para que el Acuerdo Ortográfico de Unificación de la Lengua Portuguesa, firmado en 1990, alcanzara la unanimidad deseada. En Lisboa existe un movimiento sincronizado para poner en duda las razones lexicográficas de los pequeños cambios propuestos. La escritora Lygia Fagundes Telles, cuando hizo su

discurso en la Academia Brasileña de Letras, solicitó que encabezáramos una cruzada a favor de la lengua portuguesa. Debemos mejorar el actual índice (2,4 libros por habitante) y ampliar significativamente el número de bibliotecas públicas en todo el País. La Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional, de 1996, es muy sobria sobre los cuidados con nuestra lengua. De nada vale enseñar a leer y escribir sin garantizar la permanencia del alumnado en las escuelas, lugar de "lectura crítica" e interpretativa de lo que les llega, de forma intermediaria, a través de la imagen y del sonido. Tenemos un dato positivo que es la publicación, en algunos de los mayores periódicos brasileños, de columnas de valoración de la lengua portuguesa. Este es un movimiento muy saludable. Debemos prestar atención a la introducción de términos relacionados con nuestro desarrollo científico y tecnológico. Es un crecimiento significativo. La Academia Brasileña de Letras, la Casa de Machado de Assis, cumple lo que está en el artículo 1º de su Estatuto: velar por la integridad de la lengua portuguesa. Para tal, cuenta con su Vocabulario Ortográfico (660 mil entradas) y el Diccionario de la Lengua Portuguesa, en la versión escolar, ambos son trabajo de su activa Comisión Lexicográfica, liderada por el ilustre filólogo y gramático Evanildo Bechara. Ojalá la invasión de extranjerismos no se torne excesiva y así podamos evitar lo que el crítico Wilson Martins llamó muy apropiadamente de desnacionalización lingüística.

Palabras clave: Lengua Portuguesa. Estrategias de unificación. índices de Lectura.